

## Os Manuais de Retórica e Poética: “Lugares de Memória” no Brasil Oitocentista

*Carlos Augusto de Melo\**

### RESUMO

No século XIX brasileiro, a publicação de manuais de retórica e poética foi bastante expressiva. Destinados à escola, foram instrumentos pedagógicos que impuseram o apego à cultura retórica europeia. O aprimoramento da eloquência, o domínio da oratória, as formas de versificação, entre outros temas estudados nos manuais, eram saberes do passado que se tornaram reconhecidos no presente, como modelos e/ou regras a serem seguidos num outro tempo e lugar. Os manuais podem representar um espaço mnemônico de entrecruzamento entre o passado e o presente na formação da mentalidade brasileira dentro dos padrões retóricos e poéticos tradicionais. Nesse sentido, este trabalho objetiva analisar alguns manuais oitocentistas, como veículos de saber institucionalizado, os quais, sob as égides escolar e estatal, constroem, na mentalidade de seus leitores, um imaginado vínculo com a tradição clássica, europeia e erudita, e o sentimento de representação social, de civilização e de afirmação da identidade nacional.

**PALAVRAS-CHAVE:** Memória; Século XIX; Manuais de Retórica e Poética

### ABSTRACT

In nineteenth-century Brazil, the publication of poetics and rhetoric handbooks was a relevant practice, being teaching tools which imposed adherence to the European rhetorical culture. The refinement of eloquence, the realm of oratory, prosody, among other themes dealt with in the handbooks, represented knowledge of the past that was recognized in the present as a model and/or rule to be followed, but at another place and at other times. Such handbooks can represent a mnemonic place of intersection between the past and the present in the formation of the Brazilian mentality within the traditional rhetorical and poetical standards. Along this reasoning, this paper aims at analysing some of such nineteenth-century handbooks as vehicles of institutionalized knowledge that, under the school and state aegis, build in their readers' mind an imagined link between the European classical and learned tradition and the feeling of social representation, of civilization and affirmation of the national identity.

**KEYWORDS:** Memory; Brazilian nineteenth century; Poetic and Rhetoric

---

\* Professor de Literatura no Instituto de Letras e Linguística (ILEEL) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Apoio financeiro do CNPq. Endereço eletrônico: [carlosaug.melo@gmail.com](mailto:carlosaug.melo@gmail.com)

Em visita ao século XIX brasileiro, percebe-se que o número de manuais<sup>1</sup> de retórica e poética foi bastante expressivo. Entre 1810 e 1886, foram 34 títulos editados, conforme aponta o estudo de Roberto Acízelo de Souza (1999). Os compêndios brasileiros mais conhecidos foram as *Lições de eloquência nacional* (1846), de Lopes Gama; de Manoel da Costa Honorato; os *Elementos de retórica* (1869), de Junqueira Freire; as *Sinopses de poética nacional* (1859) e suas várias edições “mais correcta[s] e consideravelmente aumentada[s]”; e as *Postilas de retórica e poética* (1872), de Cônego Fernandes Pinheiro. Destinados à esfera didática, eles eram utilizados nas disciplinas de retórica e de poética – ministradas conjunta ou separadamente – as quais obtiveram um espaço privilegiado nas escolas brasileiras oitocentistas, principalmente no Colégio Pedro II, considerado modelo do ensino oficial brasileiro.

A circulação desses livros, que acontecia dentro e fora da escola, revela o poder dos padrões culturais coloniais ainda dominantes mesmo depois da independência e dos novos paradigmas de conhecimento e educação. O sistema educacional escolástico, difundido pelos padres da Companhia de Jesus, deixou sensíveis marcas na educação brasileira oitocentista. No Período Imperial, o ensino primário e o secundário – equivalentes ao ensino fundamental e ao ensino médio atuais – preservaram os valores pedagógicos jesuíticos no que tange à formação humanística do indivíduo em conformidade com os padrões de civilidade e civilização europeus da época. Essa filosofia humanística voltava-se à educação de homens eruditos que pudessem estar preparados para suas atividades nos círculos sociais e culturais. A elite intelectual brasileira manteve essa tradição de ensino, mesmo porque, na primeira metade do século, muitos de seus representantes tinham sua formação escolar no Colégio de Artes e na Universidade de Coimbra, polos portugueses de formação escolástica (CARVALHO, 1988, p. 149).

Nesse sentido, este artigo objetiva analisar os manuais de retórica e poética a partir da ideia de que são veículos de saber institucionalizado, os quais, sob as égides escolar e estatal, constroem na mentalidade do indivíduo e do grupo – leitores dessas obras – um imaginado vínculo com a tradição clássica, europeia e erudita como afirmação de representação social, de distinção de classe e de afirmação da identidade nacional. Nessa perspectiva, acredita-se que esses compêndios didáticos foram

---

<sup>1</sup> Havia uma diversidade de nomes para se referir aos manuais didáticos: compêndio, lições, postilas, sinopses, entre outros. (SOUZA, 1999, p. 39)

instrumentos pedagógicos capazes de produzir e impor, consciente ou inconscientemente, os modos imaginados de pensar e de agir da sociedade oitocentista brasileira, levando-se em consideração, aqui, a diversidade das práticas de escrita que permitem a produção de diferentes tipos de discurso em momentos históricos distintos (CHARTIER, 1988). E são os manuais que nos trazem e mostram essas hipóteses por meio de um conjunto de dados e fatos “além de seu conteúdo didático, que se encontram nos prefácios, prólogos, advertências e introduções. Nestes, é possível entrever mensagens dos autores e os possíveis diálogos com os professores, com autoridades e com os alunos e suas famílias” (BITTENCOURT, 2004, p. 479).

Por meio dos referidos livros e de seus usos e práticas, impôs-se um forte apego à cultura retórica e literária, principalmente clássica, como confirmação de que o uso da linguagem representou o *status* de uma sociedade elitizada que se quis reconhecer como civilizada diante de olhos europeizados. O cultivo do pensamento de Aristóteles, Cícero e Quintiliano nos manuais, seja de forma direta ou adaptada, indica esse vínculo com a tradicional arte da linguagem rebuscada, pomposa e elegante. Nesse caso, essas circunstâncias possibilitaram o enraizamento forjado de valores culturais na memória dos brasileiros, na qual se constituiu uma identidade nacional articulada a uma tradição retórica e literária de que se apropriava o sujeito à época. A identidade entendida como o processo de autorreconhecimento num determinado lugar:

Aceitando a conceituação de identidade como autorreconhecimento, podemos enriquecê-la com a ideia de proteção. O sujeito que pode se autorreconhecer em lugares familiares que o situem, preserva seu eu, vale dizer, protege-se da sensação de isolamento, de anonimato, de abandono, construindo seu próprio aconchego. Assim, identidade seria, também, abrigo, portanto, proteção (D’ALESSIO, 1998, p. 275).

O aprimoramento da eloquência, o domínio da oratória, as formas de versificação, entre outros temas estudados nos manuais, eram saberes do passado que se tornaram reconhecidos no presente, como modelos e/ou regras a serem seguidos. Os usos de linguagem de um determinado grupo e época passaram a pertencer a outro (e caracterizaram sua identidade) em outro tempo e lugar. Os manuais podem ser entendidos como “lugares de memórias” (NORA, 1993), os quais representam esse entrecruzamento entre o passado e o presente na formação da mentalidade brasileira do século XIX dentro dos padrões retóricos e poéticos tradicionais.

Considerando as nuances da formação do leitor e das etapas de escolarização da educação imperial, infere-se que os compêndios de retórica e poética foram objetos pedagógicos de formatação de uma memória coletiva – e por extensão nacional –, especificamente da classe dominante, correspondente às estratégias políticas do Estado e da Igreja. Os modos de civilidade e de civilização, relacionados à eloquência e à arte literária, definidos, esquematizados e uniformizados nos instrumentos didáticos, refletiam-se nas práticas sociais, públicas e privadas da elite intelectual brasileira e formavam suas memórias:

A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra, como vimos, em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações etc. A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade, mas também as oposições irreduzíveis (POLLAK, 1989, p. 9).

Esses manuais eram escritos por reconhecidos autores portugueses ou por intelectuais brasileiros, geralmente professores, incumbidos de “redigir os textos necessários para a docência” (LAJOLO e ZILBERMAN, 1998, p. 131), os quais participavam de concursos e de premiações, promovidos pelo Estado (MOACYR, 1936), cuja aprovação representava a consagração de seus autores no que se refere às vantagens política, intelectual e financeira. É importante lembrar que esses escritores eram, na sua maioria, eclesiásticos, “coincidência de atividades”, nas palavras de Eduardo Vieira Martins, “que aponta a escola e a igreja como espaços privilegiados da eloquência oitocentista” (2003, p. 11), bem como integravam os grupos intelectuais “próximos ao poder do Estado”, segundo Bittencourt:

Tais autores possuíam, portanto, estreitas ligações com o poder institucional responsável pela política educacional do Estado, não apenas porque eram obrigados a seguir os programas estabelecidos, mas porque estavam “no lugar” onde este mesmo saber era produzido. A primeira interlocução que os autores estabeleciam era exatamente com o poder educacional institucionalmente organizado. O “lugar” de sua produção situava-se junto ao poder e realizava-se para consolidar o poder instituído por intermédio dos colégios destinados à formação das elites, dialogando com intelectuais e políticos responsáveis pela política educacional (BITTENCOURT, 2004, p. 481).

Esse contexto de produção sugere que, dentro do sistema retórico e poético, os manuais didáticos eram perigosas ferramentas de penetração e de manipulação da memória dos sujeitos escolares em virtude das estratégias centralizadoras das políticas educacionais do Estado, uma vez que, como afirma categoricamente um dos professores do período, “servir à pátria é e será sempre e todo nosso desejo” (HONORATO, 1861, p. VII). Como espécie de poder disciplinador e controlador, no prisma foucaultiano (1996), a partir da prática do discurso escolar, os compêndios traziam os modos de conduta normatizadores de como se deveria falar, escrever e pensar o grupo nas suas práticas sociais, políticas e culturais, dentro e fora do contexto escolar.

Pertencentes à esfera didática, os compêndios revelam os métodos de escrita de resumos dos conteúdos, exigidos nos programas curriculares, de acordo com os modelos estrangeiros consagrados nos quais se baseavam, tais como as *Lições de retórica e belas letras* (1783), do escocês Hugh Blair, e as *Lições elementares de eloquência nacional* (1834) e *Lições elementares de eloquência nacional* (1840), do português Francisco Freire de Carvalho, este adotado também no Colégio Pedro II em diversos anos. Os professores utilizavam-nos como apoio didático nas suas disciplinas, conforme o professor do Colégio Pedro II, Cônego Fernandes Pinheiro, explicita nas *Postilas de Retórica e Poética* (1871): “estreiteza do tempo de que podem dispôr os mencionados alumnos aconselhou-me a maior concisão na exposição dos preceitos, deixando para a explicação oral o preenchimento das lacunas que n’ellas se hão-de notar.”<sup>2</sup> (PINHEIRO, 1885, p. 5). Por outro lado, esses livros tinham projeção extraescolar, uma vez que eram amplamente comercializados, garantia de enriquecimento e de reconhecimento de seus autores no circuito cultural brasileiro. No mês da publicação das *Postilas*, de Cônego Fernandes Pinheiro, o *Correio do Brasil* promoveu uma nota crítica na qual se divulgava essa nova obra que aparecia no mercado editorial brasileiro: “Sob o modesto título de *Postilas de Retórica e Poética*, acaba de surgir à luz da publicidade um novo trabalho do Cônego Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro.” (PINHEIRO, 1958, p. 287).

A concisão do texto foi um estilo importado dos compêndios didáticos europeus e adaptado ao contexto brasileiro. À época, os métodos de ensino caracterizavam-se pela leitura e memorização dos conteúdos estudados em sala de aula. Julgava-se que a escrita de resumos representasse um método didático facilitador, necessário à apreensão por parte dos jovens brasileiros dos pontos principais de matérias consideradas

<sup>2</sup> Nas citações, manteve-se a grafia das palavras e a estrutura sintática originais das fontes oitocentistas consultadas.

complexas ao nível de escolaridade deles. Essa necessidade de resumir aponta-nos duas questões relevantes: a primeira diz respeito ao desmerecimento da capacidade intelectual dos alunos e, a segunda, à seleção do conteúdo que funcionava como filtro direcionador das ideologias dos representantes da escola, da Igreja e do Estado no Período Imperial.

Esse método tinha a adesão de todos os autores de manuais didáticos das diversas áreas curriculares: história, geografia, religião, literatura nacional, retórica e poética, entre outras. Em nota à primeira edição de *Lições de história do Brasil* (1861), o também professor do Colégio de Pedro II, Joaquim Manoel de Macedo, alertava que:

[...] um rapido exame do livro demonstrará que este só avulta pelas *explicações*, pelos *quadros synopticos* e *pelas/perguntas* que seguem ás lições com o fim de facilitá-las, e de gravá-las na memoria dos discipulos.

Em trabalhos d'este genero o methodo é sempre de importancia essencial: ora é exactamente nas *explicações*, nas *perguntas*, e nos *quadros synopticos* annexos ás lições, que se encontram as bases principaes do methodo que adoptámos (MACEDO, 1907, p. 1).

Os comentários de Cônego Fernandes Pinheiro sobre o lançamento do livro de Macedo confirmam o consenso entre os colegas autores:

Utilíssima achamos a ideia de fazer seguir à cada lição um quadro sinótico em que num rápido olhar pode o estudante recordar-se do que leu, servindo-lhe de questionário, e imprimindo-lhe ao mesmo tempo em sua memória a ordem em que se deram os acontecimentos e os nomes dos protagonistas. Facilitar a instrução deve ser a nossa tarefa, e no século do vapor a economia de tempo é um dos principais requisitos do ensino (PINHEIRO, 1861 apud MELO, 2006, v. III, p. 539).

Em *Synopse de eloquencia e poetica nacional* (1861), o pernambucano Manuel da Costa Honorato ressalta o lado redentor do método de escrita de resumos:

Uma synopse é a recapitulação breve e precisa de quanto ha de essencial em uma sciencia: uma synopse é a synthese rapida, clara e succinta de uma sciencia que deve ser comprehendida por qualquer intelligencia applicada: uma synopse é a taboa de salvção para aquelles, que, tendo feito algum estudo sobre a sciencia, querem de improviso tornar-se presentes em todos os seos pontos principaes. Diremos mais: uma synopse é sempre necessaria em toda e qualquer sciencia (HONORATO, 1861, p. VI).

Além disso, os compêndios oitocentistas eram cópias, compilações e adaptações de outros manuais didáticos. A renúncia à originalidade era uma costumeira prática validada pelo circuito escolar, uma vez que “a categoria de imitador é externa à retórica, que aconselhava a imitação e a emulação como artifícios válidos. O que direcionava esses autores era menos o desejo de elaborar uma teoria própria e original do que o intuito de compilar e divulgar conceitos consagrados pela tradição” (MARTINS, 2003, p. 23-24). Nesse sentido, Castro (1982, p. 24) relembra que esse tipo de prática relacionava-se à concepção de autoria da antiguidade clássica, que a concebia como “autoridade” de quem se retira exemplos que devem ser imitados e divulgados. Os autores de livros didáticos tinham por mérito levar à memória dos alunos e reproduzir esses discursos de autoridades, cujos nomes apareciam com frequência nas páginas de suas obras, como, por exemplo, verifica-se na chamativa ressalva que fez Manuel da Costa Honorato ao seu compêndio:

## OBSERVAÇÃO.



A presente synopse foi extrahida da Rhetorica de Quintiliano; da Eloquencia Nacional do padre Miguel; do S. L. Gama; da Rhetorica de Le Clerc traduzida pelo Dr. Francisco de P. Menezes; da Rhetorica do Sr. A. C. Borges de Figueiredo e do compendio do padre F. F. de Carvalho, cuja doutrina, ordem e estylo abraçámos, posto que fazendo algumas alterações.

(HONORATO, 1861, s/p)

Ou mais adiante:

## OBSERVAÇÃO.



**A presente synopse é segunda edição do resumo de Poetica Nacional extrahido do compendio do Sr. Carvalho, mais correcto e consideravelmente augmentado pelas idéas colhidas de outros autores de grande acceitação.**

(HONORATO, 1861, s/p)

Percebe-se que a compilação e as alterações (redução e/ou aumento dos conteúdos) advinham de um ou mais compêndios, fossem latinos, portugueses ou nacionais. Vale ressaltar que havia certa predileção pela obra do português Francisco Freire de Carvalho (1851), cuja capa das lições elementares confirmava ser “para uso da mocidade de ambos os hemisferios que fala o idioma portuguez”, estratégia da qual se utilizava o autor com o intuito de fortalecer os vínculos coloniais portugueses entre os intelectuais brasileiros.

De modo geral, dividiam-se os conteúdos em duas partes: a retórica e a poética, uma vez que se acreditava que eram conhecimentos integrados e complementares. A primeira parte compreendia o estudo da retórica: as técnicas da eloquência e as etapas de construção do discurso (a invenção, a disposição, a elocução, entre outras); e a segunda, o estudo da poética, ou seja, os conceitos de poesia, as regras de versificação, as definições dos vários gêneros, a definição de gosto, de razão, do belo, do sublime e alguns ensinamentos de crítica literária.

Considerando a prática costumeira do uso de compilação e/ou cópia de ideias entre os autores, os manuais apresentavam definições similares umas às outras, tendo em vista que “Quintiliano se inspira em Aristóteles, Blair se inspira em Quintiliano, Freire copia Blair, Fernandes copia Freire, Honorato copia todos” (CANDIDO, 1988, p. 24). O sistema classificatório dos manuais didáticos consistia em divisões e subdivisões, sob o uso de diversas nomenclaturas que chegavam à exaustão. Essa sistematização dos elementos retóricos e poéticos constituía-se, a partir da taxinomia e das escolhas lexicais imprecisas, “julgados instrumentos pedagógicos ideais” (BRANDÃO, 1988, p. IV).

Em *Postilas de retórica e poética*, cômego Fernandes Pinheiro estrutura suas lições em duas partes, de acordo com a ordem apresentada no título, tendo em vista que a retórica, para ele, “é o complexo das regras relativas a eloquência” (PINHEIRO, 1885, p. 7) ao passo que a poética é “a arte [...] que nos dirige no uso” da poesia (PINHEIRO, 1885, p. 118). No total, foram vinte e seis “pontos”, ou seja, capítulos escritos. A primeira parte com quinze “pontos” é dedicada à retórica, expondo desde os aspectos mais gerais, como as “definições e utilidade da Rhetorica e da Eloquencia”, aos itens específicos: as partes do discurso (o exórdio, a narração, a confirmação e refutação e a peroração), os ornatos oratórios, os diversos tipos de eloquência (política, do Foro e do púlpito) e de narrativa (história, obras filosóficas, diálogos, epístolas e romances) e a ação oratória. Na outra parte, na qual estão os onze “pontos” restantes, há o ensinamento da poética, partindo da origem e da definição do assunto poético até as regras de versificação, os conceitos de gêneros (lírico, épico, dramático, elegíaco e pastoril), de escolas literárias (clássica, romântica e realista), de crítica literária, de gosto, de belo e de sublime. Os compêndios de Honorato apresentavam um método de classificação aleatório, uma vez que “obcecado em classificar, procede, no entanto, por simples justaposição, como quem se vai lembrando um tanto aleatoriamente de novos elementos, os quais acabam, menos do que classificados, apenas desajeitadamente agregados ao conjunto.” (SOUZA, 1999, p. 68).

Esses manuais ofereciam um espaço significativo para o estudo dos gêneros literários nobres da poética antiga, quais sejam, a lírica, a épica e a dramática, bem como das suas formas mais desconhecidas: a epigramática, a ode, a pastoril, a elegíaca, a didática etc. Conforme os padrões doutrinários, ao estudo das categorias literárias entrelaçam-se os modos de instrução moral e religiosa no que dizem respeito às tentativas de correção da formação dos jovens, tendo em vista as regras de civilidade aos moldes de civilização da elite europeia. Esses compêndios cumpriam os regulamentos e os programas educacionais da Instrução Pública do Estado e das Províncias.

No caso dos conceitos de literatura, alguns<sup>3</sup> compêndios definiam o Realismo como uma estética que modificava exageradamente a maneira “amena”, “delicada”, “bela” da poética. A abordagem radical dos “vícios” e das “virtudes” sociais, na qual se privilegiavam o excesso e a minúcia descritiva da realidade, era condenável aos olhos

<sup>3</sup> Nem todos os compêndios traziam estudos sobre temas contemporâneos a eles, como é o caso do livro *Synopse de eloquencia e poetica nacional*, de Manoel da Costa Honorato.

dos professores. A escola Realista foi considerada “imoral”, “indecente” e “aberração”. Nas *Postilas*, Cônego Fernandes Pinheiro reclamava da “repugnante minudência” como os realistas expunham os aspectos da sociedade (PINHEIRO, 1885, p. 167). Manoel da Costa Honorato atacava a escola:

Poderíamos dizer ainda alguma cousa sobre nova escola denominada *realista*, si a nossa penna não se recussasse a escrever os efeitos de uma aberração do principio de Goethe, que buscava o bello na reprodução fria e calma da natureza, ao envez de Schiller, que em seo idealismo excessivo, perdia-se nos nevoeiros da abstração e do absoluto [...] esta escola só tem produzido obras indecentes e immoraes, indignas de figurarem nas estantes de quem procura alimentar o seu espírito com escritos, que reunão o util ao agradável (HONORATO apud SOUZA, 1999, p. 67).

Essa resistência às propostas da “escola realista” caracterizou o “moralismo” tradicional da elite governamental e eclesiástica, valores ideológicos difundidos nos diversos manuais com os quais os jovens da escola oitocentista brasileira se formavam cristãos alienados que assimilavam os seus deveres para com o Estado e a Igreja. Esse pensamento circulou entre os intelectuais naquele período. Em artigo sobre *Filha da mãe*, de Fernandes dos Reis, o crítico Nuno Álvares condena o realismo em *Madame Bovary*, de Gustave Flaubert. Ele vê a “imoralidade” das “produções modernas” como “venenos lentos, que se deslizam imperceptivelmente pelo coração, e que pouco a pouco se inoculam nas almas incautas [...]”:

Entretanto existe nos romances modernos um cancro, que interiormente vai solapando, e quiçá por de mais ramificado se acha na literatura moderna; falamos, não da imoralidade torpe e asquerosa, que a polícia proibira e que só seria aplaudida pelos espíritos totalmente pervertidos, é de outro gênero a imoralidade a que nos referimos: é a que sob as formas caprichosas da poesia se ostenta em algumas produções modernas. Balzac foi o primeiro a iniciar-se nesse gênero de literatura, após ele uma plêiade de imitadores surgiu de todos os cantos, sobressaindo entre todos Gustave Flaubert com um dos romances, que tem obtido a maior nomeada em Paris, falamos de *Madame Bovary* (ALVARES, 1860, p. 84).

Quanto ao Romantismo, vale pontuar que o direcionamento da disciplina “retórica e poética” e a liberdade de criação e de inovação poética romântica coexistiram no século XIX de maneira paradoxal. Os professores retores simpatizavam com o pensamento romântico, condizente à projetada independência literária. Junqueira

Freire foi um dos cultivadores do movimento romântico, pois, mesmo que seu pensamento crítico estivesse arraigado aos padrões retóricos clássicos, evidenciam-se nele algumas tentativas de adesão à poesia romântica. Há alguns aspectos dos livros didáticos de Junqueira Freire que marcam esse posicionamento. Defende-se a imaginação poética em detrimento da composição esquematizada da retórica tradicional, uma vez que o “romantismo legítimo não posterga as normas do bom gosto: só não curva-se á prepotencia de alguns preceitos arbitrarios: só não obedece a imposições despoticas ainda que venhão de Aristoteles. Não segue regras de Quintiliano porque são de Quintiliano, segue-as em quanto harmonizam-se com a razão.” (FREIRE apud SOUZA, 1999, p. 72). Com o tom impregnado de sentimento de nacionalidade, coloca-se contra a recorrente prática de valorização da criação poética clássica. Conclui:

Não destroe, mas também não continúa a edificar o templo dos classicos, para que os Ciceros futuros não sejam somente os Ciceros passados, para que os Virgílios, que hão de ser, possam ser mais que os Virgílios, que forão, para que o mundo literário não limite-se a um circulo vicioso para todo o sempre (FREIRE apud SOUZA, 1999, p. 72).

Junqueira Freire encontrava respaldo no estudo poético do português Francisco Freire de Carvalho, embora este também demonstrasse nas entrelinhas de seu discurso estar ainda muito preso à idealização dos poetas clássicos. Em *Lições elementares de poética nacional*, Carvalho defendia a ponderação entre a defesa dos valores clássicos e o cultivo da poesia romântica:

[...] nós, bem longe de a [poesia Romântica] termos em menos preço, antes pelo contrario a julgamos merecedora de ser estudada e seguida com o devido discernimento e applauso: comtudo nunca conviremos, em que lhe seja dada uma preferencia absoluta e exclusiva, a qual prevalêça em desabôno daquella, que tem por si o suffragio dos melhores seculos de illustração e de bom gôsto, tanto antigos, como modernos (CARVALHO, 1851, p. 160).

Um rígido regime de controle e de coerção marca a educação retórica imperial, por meio de estratégias disciplinadoras dos compêndios de retórica e poética, nos quais se encontravam, como sugerem as palavras do tão copiado professor Francisco Freire de Carvalho (1851, p. 6), “expendidas as leis, que podem dirigir a Mocidade, que falla o Idioma Portuguez, na amena estrada da Poesia [...]”. Em razão disso, o gênero prosa, em específico a forma literária “romance”, trouxe evidentes conflitos, pois os intelectuais

tinham dificuldade em lidar com o que fugia aos valores clássicos, ao gênero poesia, e àquilo que estava abordado nos conteúdos tradicionais, uma vez “que a simplicidade e até a obscuridade dos Povos antigos é mais favorável à Poesia, do que as combinações e as luzes da civilização moderna” (CARVALHO, 1851, p. 158). Eduardo Vieira Martins (2003, p.77) observou que:

Por se tratar de uma forma nova, não prevista pelos manuais antigos, havia uma certa dificuldade em lidar com ela, uma perplexidade perceptível até mesmo no grande número de termos utilizados para nomeá-la: romance, conto, novela, romance histórico, de costumes etc. [...]

Como não havia um lugar pré-determinado onde abrigá-lo em meio às formas consagradas, foi deslocado para aquela franja da retórica oitocentista onde se encontravam os discursos em prosa que não se enquadravam nos modelos tradicionalmente concebidos como pertencentes à eloquência pública, encaixando-se ao lado de modalidades discursivas tão distintas quanto o diálogo, a epistolografia, a filosofia e a história.

Nesse caso, a forma romance, encaixada, por exemplo, no grupo da história, da filosofia, da epistolografia, recebia o mesmo tratamento que se dava às modalidades das oratórias: a persuasão e o convencimento. O romance, por carregar a faceta moralista, deveria persuadir o leitor e convencê-lo das regras da boa conduta. A apreciação conceitual sobre o romance retoma os aspectos de “funcionalidade da narrativa”, enquanto discurso moralizador no qual se sobressai o entretenimento e a instrução, responsáveis pela condução dos indivíduos para o caminho da virtude e da moral religiosa.

Considerando-se, pois, tais postulados direcionados à formação de uma conduta moral e dita civilizada dos alunos, deve-se acrescentar que eles estavam condicionados ao método retórico de memorização, ou seja, à atividade mnemônica, uma vez que, à época, as posturas pedagógicas de ensino-aprendizagem estavam muito longe de ser fundamentadas dentro da perspectiva contemporânea de construção autônoma e reflexiva do sujeito em sua prática social. A memória entrava na categoria da eloquência, da qual o indivíduo precisava para a execução de seu discurso, pois consistia “na conservação das cousas de maneira que della nos lembremos quando houver mister” (HONORATO, 1861, p. 14) durante a performance discursiva. Nota-se que ela representa uma atividade limitadora do pensamento e mecanicista em relação à interação do leitor com o texto, afastando qualquer possibilidade de interferência

subjetiva e emocional. Essa prática condizia com a postura do Estado e da Igreja de induzir o aluno à assimilação das regras morais e políticas, fortalecendo uma memória coletiva, composta pelas lembranças que lhe foram repassadas, muitas vezes, impregnadas ainda hoje como marcas imperiais, coloniais e europeias. Desse modo, os compêndios de retórica e poética podem ser considerados veículos construtores sociais que determinam a memória:

[...] qualquer lembrança, por mais pessoal que seja [...] mesmo a de sentimentos que não chegamos a expressar, encontra-se relacionada com todo um conjunto de noções que muitos de nós possuem, com pessoas, lugares, datas e formas de linguagem, com raciocínios e ideias, quer dizer, com toda a vida material e moral das sociedades de que fazemos ou de que fizemos parte (HALBWACHS, 2004, p. 38).

Nos dias atuais, é possível constatar que esses manuais integram, por meio da escrita, a memória coletiva no sentido de que representam documentos/monumentos (LE GOFF, 1992) constitutivos das lembranças históricas com as quais se fundamentam a história da educação e da cultura brasileira.

## REFERÊNCIAS

ALVARES, Nuno. A filha da vizinha: romance do Sr. Antônio José Fernandes dos Reis. *Revista Popular*, Rio de Janeiro, ano II, t. VIII, out./dez., 1860.

BITTENCOURT, Circe. Autores e editores de compêndios e livros de leitura (1810-1910). *Educação e Pesquisa*, São Paulo, vol. 30, n. 3, p. 475-491, set./dez., 2004.

BRANDÃO, Roberto de Oliveira. *Estudo sobre os manuais de retórica e poética brasileiros do século XIX*. 1972. 128f. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, Departamento de Linguística e Línguas Orientais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo.

CARVALHO, José Murilo. Historia intelectual: la retorica como clave de lectura. *Prismas: revista de história intelectual*, Quilmes, v. 1, n. 2, p. 149-168, 1998.

CARVALHO, Francisco Freire de. *Lições elementares de poetica nacional seguidas de um breve ensaio sobre critica litteraria*. Lisboa: Tipografia Rollandiana, 1851.

CASTRO, Manuel A. de. *O acontecer poético: a história literária*. Rio de Janeiro: Antares, 1982.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: A história cultural entre práticas e representações*. Trad. Maria Manuela Galhardo. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Agir, 1988.

D’ALESSIO, Márcia Mansor. Intervenções da memória na historiografia: identidades, subjetividades, fragmentos, poderes. *Projeto História*, São Paulo, n. 17, p. 269-280, nov., 1998.

FREIRE, Luis José Junqueira. Elementos de rhetorica nacional. Introdução de Franklin Doria. In: SOUZA, Roberto Acízelo. *O império da eloquência*. Rio de Janeiro: EdUERJ/EdUFF, 1999.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

GAMA, Miguel do Sacramento Lopes. Lições de eloquência nacional [2ª. ed.] Pernambuco: Typ. de Santos e Companhia, 2 v., 1851 In: SOUZA, Roberto Acízelo. *O império da eloquência*. Rio de Janeiro: EdUERJ/EdUFF, 1999.

HALBWACHS, Maurice. *Memória Coletiva*. Trad. Lais Teles Benoir. São Paulo: Centauro, 2004.

HONORATO, Manuel do Sacramento Lopes. Lições de eloquencia nacional. Rio de Janeiro: Typographia Imparcial de F. de Paula Brito, 1846, 2 v. In: SOUZA, Roberto Acízelo. *O império da eloquência*. Rio de Janeiro: EdUERJ/EdUFF, 1999.

\_\_\_\_\_. *Synopse de eloquencia e poetica nacional*. Pernambuco: Typographia Commercial de Geraldo Henrique de Mira, 1861.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. *A formação da leitura no Brasil*. São Paulo: Ática, 1998.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Trad. Bernardo Leitão. Campinas: Unicamp, 1992.

MACEDO, Joaquim Manoel de. *Lições de Historia do Brazil: para uso das Escolas de instucção primaria*. Rio de Janeiro/Paris: H. Ganier, 1907.

MARTINS, Eduardo Vieira. *A fonte subterrânea: o pensamento crítico de José de Alencar e a retórica oitocentista*. 2003. 224f. Tese (Doutorado) – Unicamp, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas.

MELO, Carlos Augusto de. *Cônego Fernandes Pinheiro (1825-1876): um crítico literário pioneiro do Romantismo no Brasil*. 2006. 614f. Dissertação (Mestrado) – Unicamp, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas.

MOACYR, Primitivo. *A instrução e o império: subsídios para a história da Educação no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, v. 1, 1936.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 7-28, 1993.

PERRONE-MOISÉS, Leyla (Org.). *O Ateneu: retórica e paixão*. São Paulo: Brasiliense/Edusp, 1988.

PINHEIRO, J. C. Fernandes. *Postilas de retórica e poética: ditadas aos alunos do Imperial Colégio de Pedro II pelo respectivo professor Cônego Dr. J. C. Fernandes Pinheiro*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1872. [3ª. ed., 1885; 4ª. ed., 1901].

\_\_\_\_\_. Lições de história do Brasil para uso dos alunos do Imperial Colégio Pedro II pelo Sr. Joaquim Manuel de Macedo. *Revista Popular*, Rio de Janeiro, ano III, t. IX, p. 362-365, jan./mar. 1861.

PINHEIRO, Mário Portugal Fernandes. *Cônego Fernandes Pinheiro: vida e obra*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1958.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

SOUZA, Roberto Acízelo de. *O império da eloquência*. Rio de Janeiro: EdUERJ/EdUFF, 1999.

*Data de submissão: 21/08/2015*

*Data de aprovação: 17/09/2015*